

Espaços exteriores privados

António Baptista Coelho

As temáticas associadas e associáveis à matéria geral da habitação e, designadamente, ligadas à matéria específica dos “espaços exteriores privados” são extremamente amplas, sensíveis e significantes e não queremos correr o risco de dar a ideia de as irmos tratar de forma exaustiva; iremos assim abordar, a propósito, alguns tópicos considerados talvez mais relevantes e/ou oportunos, hoje em dia, e deixar algumas reflexões e ideias como pistas para posteriores incursões teórico-práticas.

É interessante recordar que, por regra, a habitação esteve sempre associada a um espaço exterior, que era mais ou menos privatizado e onde decorriam muitas actividades directa e indirectamente domésticas, tendo sido o edifício multifamiliar a solução que tendeu a realizar a separação entre habitação e exterior privado, uma invenção, que embora tendo tido casos de referência em antigas cidades, como foi o caso da velha Roma (com as *insula/insulae* que consistiam em grandes edifícios em andares, verdadeiros quarteirões que

integravam apartamentos insalubres e inseguros no que se refere a incêndios) e talvez mesmo em outras civilizações da antiguidade, só teve, como é sabido, uma aplicação generalizada, extensiva e massiva a partir de finais do século XIX e especialmente ao longo do século XX, com destaque especial para os processos massivos de realojamento que marcaram a Europa na segunda metade do século passado.

Não iremos fazer aqui qualquer aprofundamento deste assunto, aliás bem sensível, interessante e rico, tendo sido objectivo deste breve apontamento focarmo-nos nessa separação entre habitação e espaço exterior privado térreo, e partir daqui para se anotar que a relação com o exterior privado se manteve, então, depois, no âmbito das soluções multifamiliares, em pátios/quintais relativamente reduzidos, varandas, balcões e terraços.



Fig. 01

É um pouco óbvia esta reflexão, mas é interessante pois, como sabemos, esta “evolução” tipológica realizou-se não só por ser quase tão caro fazer varandas como fazer espaço interior doméstico, preferindo quase sempre os moradores e as entidades responsáveis por grandes processos de realojamento este último, mas também, por vezes, numa “evolução” de afastamento da relação com o solo, que é quase uma negação das velhas tipologias habitacionais fortemente ligadas à terra e, frequentemente, de histórias pessoais e familiares marcadas por expressiva e prolongada pobreza.

E, no limite, “esta evolução” influenciou, frequentemente, a geração de espaços pseudo-urbanos em que blocos de apartamentos sem varandas, ou com patéticas varandas, patologicamente repetidas, tantas vezes quase de cima abaixo dos edifícios, estavam e estão rodeados de espaços “ditos públicos”, expressivamente residuais, porque sem utilidade aparente e, tantas vezes, ao abandono ou equipados para usos que pouco ou nunca aí acontecerão. Naturalmente, que esta não será a regra geral, mas é, infelizmente situação muito frequente e que, por vezes, tem variações marcadas pelo desenvolvimento de espaços públicos exageradamente extensos e mal concebidos, obrigando a grandes despesas de manutenção.

Mas voltando ao tema-base desde artigo, os espaços exteriores privados, o que se retira desta última reflexão é que, com a aplicação massiva do edifício multifamiliar em altura, os espaços exteriores privados foram, por regra, extremamente reduzidos ou mesmo anulados, sendo, de certa forma, substituídos por espaços públicos que apenas em casos de referência, resultantes de excelentes práticas urbanas, terão de algum modo substituído ou compensado a significativa ausência desses exteriores privados; e entre nós Alvalade e Olivais Norte, mutuamente distintos, são excelentes casos de referência que nunca será demais visitar e estudar - embora Olivais Norte esteja, desde há anos, remetido a um inexplicável esquecimento em termos de manutenção básica.

Naturalmente que estamos aqui a “agudizar”, apenas um pouco, estas notas, exactamente, para tentarmos chegar a algumas ideias mais significativas e práticas, que passamos a apontar.

Em primeiro lugar salientam-se os muitos casos em que houve a total anulação de espaços exteriores privados, “arrumando-se” as pessoas em espaços domésticos patologicamente interiorizados em que nem é possível colocar um pé “fora de casa” (nem em simples e baratas pequenas varandas de assomar, aliás arquitectonicamente muito ricas), num contraste total e perigoso com uma tradição doméstica com cerca de 10.000 anos; e tal situação será mesmo patológica e potencialmente “explosiva”, quando a habitação é imposta ao morador e este acaba de sair de soluções habitacionais térreas e ligadas directamente ao exterior (ex., casos de realojamento em altura).

Em segundo lugar há que referir um conjunto de aspectos interligados:

- um certo desinteresse pelos espaços exteriores privados e em zonas climáticas em que eles são muito adequados durante um largo período do ano, como é o caso de Portugal;
- uma frequente ausência de adequação climática dos mesmos (ex., abertura de varandas a Norte);
- um, frequente, mau entendimento dos seus amplos potenciais em termos de apropriação pelos moradores, evitando-se, por exemplo, a criação de pequenos pátios/quintais privados térreos, porque há riscos da sua má utilização – e os riscos são reais, mas devem ser previstos, reduzidos e combatidos e não serem tomados como razão para não se desenvolverem estas excelentes soluções;
- uma frequente, para não dizer quase genérica, ausência de conhecimento sobre as importantes virtudes das varandas como “climatizadoras” dos compartimentos contíguos (sombreando-os e protegendo-os), sendo sabido que uma boa varanda, associada a uma boa estratégia de ventilação interior,

pode ter um resultado, em termos de conforto ambiental, idêntico ou melhor do que uma solução de climatização mecânica;

- e, finalmente, mesmo uma cultura doméstica que subalterniza o exterior privado, não o mobilando e equipando e, frequentemente, fechando-o, tantas vezes com péssimas soluções de marquises, que prejudicam o conforto ambiental interior e destroem a arquitectura da fachada do edifício, e que, tantas vezes, são depois utilizadas como arrumações de trastes, visíveis do exterior.



Fig. 02

Um outro, muito importante, aspecto fundador e justificador do relevo que há que atribuir aos espaços exteriores privados é o seu papel directo como base de um estimulante leque de actividades domésticas, simultaneamente, com o seu importante papel, como “capa” simbólica e fisicamente protectora do

interior doméstico, e como zonas/franjas ou “pontos” privilegiados de relação, de transição, de “passagem”, de encaminhamento ou enquadramento de vistas, e esta é, provavelmente, uma das principais matérias da Arquitectura – e é interessante considerar que bastaria este aspecto para justificar o interesse do desenvolvimento de espaços exteriores privados de transição entre interior doméstico e espaços de uso público.

Uma matéria que importa sublinhar é que numa sociedade cada vez mais marcada por actividades privadas e interiores, e por pessoas fechadas em si próprias e servidas por ofertas que estimulam essa “reclusão” (ex-, tv, TICs), tudo o que se possa disponibilizar no sentido de incentivar o contacto das pessoas com o exterior, através de estimulantes zonas e espaços de transição, é um caminho arquitectónico a privilegiar, pois assim se pode amenizar essa tendência, hoje tão forte, de termos muitas pessoas fechadas em suas casas e em si mesmas.

E a propósito dessa função de relação/transição entre interior e exterior que é fortemente assumida pelos espaços exteriores privados, é também interessante registar que é possível desenvolver vãos de janelas, cujas características sejam quase de estimulantes espaços “bolha”, que sendo basicamente interiores, são também ambientalmente exteriores; e entre estas soluções há que destacar as interessantes e entre nós tão pouco aplicadas *bay-windows*.

Um outro aspecto que pode ser servido por uma adequada concepção de espaços exteriores privados na contiguidade dos respectivos espaços domésticos, corresponde ao desenvolvimento de um leque conjugado de relacionamentos, mais fortes/próximos e mais ténues/afastados/profundos, entre os ambientes domésticos e os espaços de uso público contíguo; um processo que corresponde, naturalmente, a “boa arquitectura”, tal como muito do que aqui tem sido apontado, e que nada tem a ver com a “robótica” repetição de inúmeras varandas, sobrepostas, perfeitamente iguais e mal concebidas (ex., será possível desenvolver uma gradação de relações entre espaço público e privado/interior, começando com profundos pátios/quintais,

que passam, superiormente, a terraços, depois a varandas fundas, e ainda depois a varandas menos fundas, etc.).

Naturalmente, é fácil e estimulante imaginar que todos este processo de concepção espacial e construtiva pode e deve ser aliada com uma estratégia de integração de elementos naturais, conseguindo-se, “no limite”, soluções de extrema integração entre grandes massas de construção e grandes “capas” naturais, baseadas, tanto na envolvente de uso público, como nos espaços privados exteriores ou semi-interiores e mutuamente agregados, em altura e horizontalmente.

E nunca será excessivo salientar a importância que tem a relação com a natureza, designadamente, no que se refere a urbanitas cada vez mais ligados à cidade e a tecnologias desligadas da natureza; e neste aspecto os espaços exteriores privados podem e devem ser verdadeiros contentores de uma natureza “limitada”, mas vital em termos de saúde/bem-estar e de capacidade de apropriação pelos moradores – o verde doméstico é um dos principais aspectos de exercício de uma capacidade de apropriação e identificação com a sua habitação, e que, cumulativamente, pode melhorar muito a qualidade visual do respectivo edifício.

Ainda outro importante aspecto a ter em conta nesta matéria, refere-se à condição de a diversidade das soluções de espaços exteriores privados serem, muito provavelmente, uma das principais ferramentas do desenvolvimento da urgente diversificação tipológica habitacional e urbana, pois eles funcionam, entre outros aspectos, como verdadeiras “charneiras e capas” potencialmente transformadoras das tipologias habitacionais e urbanas, seja nos seus aspectos de conteúdo espaço-funcional próprios, seja nos seus mecanismos de agregação e integração mútua, seja nos seus aspectos de caracterização visual exterior e pública; e esta é daquelas matérias que justificará desenvolvimento em artigos próprios.

Uma tal diversificação tipológica pode produzir excelentes soluções de transição uni/multifamiliar, associáveis a unifamiliares densificados e a

multifamiliares caracterizados por baixa/média altura e alta densidade; e em todos estes tipos de agregações os diversos tipos de espaços exteriores privados são elementos arquitectonicamente protagonistas (ex., pequenos quintais, pátios, terraços, balcões, varandas fundas, varandas salientes, varandas de assomar e cuidadosos vãos de janela).

E, naturalmente, todos este caminho conceptual tem relação directa com os actuais caminhos de densificação estratégica e de acentuação de uma adequada imagem urbana; mais uma matéria a desenvolver em futuros artigos.

Ainda antes de concluir esta reflexão faz-se aqui referência à complexidade conceptual do desenvolvimento desta diversificada tipologia de agregados espaciais, uma complexidade que será, no entanto, suavizada, pela utilização dos actuais processos informatizados de projecto.

E para concluir, importa, assim, sublinhar a importância do desenvolvimento de pequenos e diversificados espaços exteriores privados, que há que repensar e redescobrir, nos seus usos tradicionais e em novos e estimulantes usos residenciais (ex, no Brasil é, actualmente, frequente a previsão de grandes/fundas varandas protegidas, naturalizadas e equipadas para a preparação e o tomar de refeições em grupo), sendo essencial garantir a sua boa apropriação, combatendo-se activamente os usos indevidos e inovando-se, seja nos próprios espaços e seus conteúdos espaço-funcionais, seja no seu protagonismo na criação de renovadas tipologias habitacionais e urbanas.

1.ª Edição: segunda-feira, 20 de Novembro de 2017

<http://infohabitar.blogspot.pt/2017/11/espacos-exteriores-privados-infohabitar.html>

Editor: António Baptista Coelho

abc.infohabitar@gmail.com

abc@lnec.pt

Editado nas instalações do Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais (NUT) do Departamento de Edifícios (DED) do LNEC; Infohabitar, Revista do GHabitat (GH) Associação Portuguesa para a Promoção da Qualidade Habitacional – Associação com sede na Federação Nacional de Cooperativa de Habitação Económica (FENACHE).

Apoio à Edição: José Baptista Coelho - Lisboa, Encarnação - Olivais Norte.

Etiquetas/palavras chave: balcões , bay-windows , espaços exteriores , espaços exteriores privados , janelas , marquises , pátios , quintais , relação interior exterior , varandas , varandas privadas , verde na habitação

Nota: este artigo foi realizado no âmbito de um estudo mais amplo sobre a temática do "Habitar e Viver Melhor", uma designação que dá título a uma série editorial que tem vindo a ser editada, desde há bastante tempo, na revista/blog semanal Infohabitar; este artigo revisita a sua temática específica e nele são disponibilizados links para artigos já editados na Infohabitar sobre idênticas matérias.